NOTICIAS LX Semanário

4 de Fevereiro de 2023 Loures | Odivelas | Grande Lisboa Nº 32

Até quando, Odivelas Futebol Clube?

Opinião - David Pinheiro

Odivelas e o seu desenvolvimento económico

Opinião - Fernando Pedroso

30.ª edição do Torneio Internacional de Futebol Infantil da União Desportiva Ponte de Frielas

Loures | 87,3% disseram SIM à separação das Freguesias de Sacavém e Prior Velho

Câmara Municipal de Lisboa cria Departamento de Transparência e Prevenção da Corrupção

Indice

A Comunicação Social, o Situacionismo e a Falsa Neutralidade Política 2

30.ª edição do Torneio Internacional de Futebol Infantil da União Desportiva Ponte de Frielas (UDPF) 3

Loures | 87,3% disseram SIM à separação das Freguesias de Sacavém e Prior Velho 4

O ChatGPT Revolucionará o Ensino Superior? 5

Loures - Município 6/7

DESPORTO 8

Odivelas e o seu desenvolvimento económico 9

REGIÕES ADMINISTRATIVAS ... NÃO VAI ACONTECER. 10

A CULTURA 11

Até quando, Odivelas Futebol Clube? 12

Câmara Municipal de Lisboa cria Departamento de Transparência e Prevenção da Corrupção 13

Carris Metropolitana, para quê? 14

ZERO e Centro PINUS lançam novo barómetro de investimento florestal 15

ÍNDICE DE PERCEÇÃO DA CORRUPÇÃO 2022 16/17

A Comunicação Social, o Situacionismo e a Falsa Neutralidade Política

Lançando um olhar pelos OCS do Concelho de Loures, eles são na verdade distintos e, sem querer dar qualquer tipo de classificação ou caracterizar o público alvo de cada um deles, centrar-me-ia no "NoticiasLx" que se distingue dos demais por estar centrado na atividade política no Concelho de Loures, embora a atualidade Nacional e Regional sejam temas dos seus Colunistas.

A atividade Política e o seu tratamento editorial é algo que "curiosamente" afasta muitos cidadãos... como se não fossem as decisões políticas que definem o presente e o futuro das Regiões e do País e que criam melhores ou piores soluções para os seus filhos e pais. Curiosamente também, e mereceria um estudo aprofundado, as grandes e médias empresas da região não fazem publicidade nos OCS Locais... não lhes reconhecem potencial para que a sua mensagem chegue ao consumidor? Então porque investem em notas de imprensa que mais não são que publicidade à sua atividade? Será que estão convencidos que os OCS Locais têm essa obrigação de dar conhecimento público dos seus projetos comerciais de uma forma gratuita?

Na verdade, uma Imprensa é tanto mais livre quanto mais independente for do poder político e isto consegue-se não pela ausência de apoios aos OCS Locais mas, muito pelo contrário, por um programa de apoio público e transparente com critérios objetivos que coloquem a salvo as opções editoriais. Tenho alguma curiosidade em perceber como seriam as opções editoriais da imprensa regional se à partida estivessem reunidos um conjunto de pressupostos em que a sua Liberdade de Expressão estaria garantida sem retaliações... Neste jogo da imprensa boa e da imprensa má, a posição editorial segura é assumir publicamente uma Falsa Neutralidade Política – Nenhum OCS é Incolor e Inodoro! Penso até que seria da maior transparência e honestidade que aquando dos períodos eleitorais os Media declarassem a sua posição no xadrez político à boa maneira americana.

A linha editorial do "NoticiasLx" está claramente definida e nos nossos conteúdos é possível desenhar as fronteiras a que chegámos depois de muitos anos em que em função de algumas honrosas exceções saltámos essas mesmas fronteiras e demos cobertura a atitudes que não eram coerentes com a nossa matriz. A discriminação e os atentados às liberdades bem como as posições egocêntricas encarregaram-se de nos dar alguma lucidez de análise que mantemos desde a criação do projeto "NoticiasLx".

António Tavares, diretor
EDITORIAL

Ficha Técnica Noticias LX - Diretor: António Tavares - Editor e Redação: Alameda Salgueiro Maia, Lote 4, 1º andar – Gab 8, 2660-329 Santo António dos Cavaleiros | NoticiasLx@sapo.pt
Colunistas: Oliveira Dias, Paulo Bernardo e Sousa, Ricardo Henriques, Nuno Miguel Botelho, Fernando Pedroso, Ricardo Andrade, Maria Máxima Vaz, David Pinheiro, Filomena Francisco, Vitor Manuel Adrião, Pedro Almeida, João Calado, José Maria Pignatelli, Filipe Martins, Ricardo Helena.

Inscrição na ERC: 127230 | Periodicidade: **Semanal**
Estatuto editorial: https://noticiaslx.pt/estatuto-editorial/
Regras editoriais: https://noticiaslx.pt/regras-editoriais/

NoticiasLx: https://NoticiasLx.pt

30.ª edição do Torneio Internacional de Futebol Infantil da União Desportiva Ponte de Frielas

Foi apresentada a 30.ª edição do Torneio Internacional de Futebol Infantil da União Desportiva Ponte de Frielas (UDPF), que decorre entre os dias 18 e 21 de fevereiro.

O "Torneio João Sequeira" – assim é denominado este ano – irá homenagear o presidente da direção da UDPF, conta com a participação de oito equipas nacionais e internacionais, de sub-13: Sport Lisboa e Benfica, Sporting Clube de Portugal, Futebol Clube do Porto, Sporting Clube de Braga, Clube de Futebol "Os Belenenses", Vitória de Guimarães, Real Club Deportivo de La Coruña e a equipa anfitriã, a União Desportiva Ponte de Frielas.

Enquanto dirigente, João Sequeira agradeceu à família UDPF pelo apoio que deu no âmbito da devastação que atingiu o campo de futebol do clube no passado mês de dezembro. Já na qualidade de patrono, João Sequeira, não concordando com a decisão da direção em homenagear o "grande obreiro deste torneiro", não teve outra opção e aceitou o convite, desejando "que tudo corra bem na edição deste ano".

A vice-presidente da Câmara Municipal de Loures marcou presença neste evento e, na ocasião, enalteceu a importância da massa associativa da União Desportiva Ponte de Frielas, "pela vossa resiliência e capacidade em demonstrar que são equipa. Aqui represento a administração pública local e, enquanto autarca, cabe-nos reconhecer e apoiar o vosso papel. Obrigada pela vossa capacidade de se juntarem à sociedade, à comunidade".

A edição deste ano apresenta ainda uma novidade, com a inclusão de um torneio de futebol feminino, disputado a quatro equipas, no qual participam o Grupo Desportivo Águias de Camarate, Sport Clube de Frielas, Sport Lisboa e Benfica (sub-19) e a União Desportiva Ponte de Frielas.

"Muitos homens já passaram por este torneio, mas ainda não tinha tido a oportunidade de ver passar as mulheres. E há um ano atrás lancei dois desafios ao homem da noite: o primeiro, assinalar a 30.ª edição com o nosso amigo João Sequeira como patrono, e era mais do que merecido, e, o segundo, que este torneio integrasse aquilo faz parte da vontade, a nível nacional e internacional, de cada vez mais termos mulheres como praticantes desportivas, e também na modalidade do futebol. Quero agradecer o empenho que tiveram em acolher este desejo e que o mesmo possa continuar a marcar as próximas edições do Torneio Internacional de Futebol Infantil da Ponte de Frielas", notou, com entusiamo, Sónia Paixão.

A apresentação do torneiro contou ainda com as intervenções de Jorge Silva, presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Cavaleiros e Frielas; Nuno Lobo, presidente da Associação de Futebol de Lisboa; e de Manuel Cardoso, subdiretor do SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

No final, a direção da União Desportiva Ponte de Frielas homenageou, com a entrega dos galardões "Caravela", quem se destacou nas mais diversas áreas do clube e dedicou 'tempo dentro e fora dos relvados' na época 2021/2022, contribuindo assim para um crescimento sustentado e amplamente responsável da associação.

Fonte: CM Loures

Loures | 87,3% disseram SIM à separação das Freguesias de Sacavém e Prior Velho

No passado domingo, 29 de Janeiro, em referendo local, 1.936 pessoas (87,3%) votaram a favor da separação das Freguesias de Sacavém e Prior Velho e 256 (11,5%) votaram contra.

A abstenção foi de 88,9% e registaram-se 14 votos brancos e 12 nulos.

O Presidente da atual UF Sacavém/Prior Velho, Carlos Gonçalves (PS), já tomou posição declarando que vai haver respeito pela votação, apesar de não ter sido atingida a participação de 50% que lhe daria o caráter vinculativo, até porque em 2013 contestou a forma como foi feita a União de Freguesias.

Diferentemente de outras Uniões de Freguesia, Sacavém/Prior Velho manifestou vontade de decidir a questão da desagregação realizando um referendo local.

Ainda segundo Carlos Gonçalves, em Fevereiro, haverá uma Assembleia de Freguesia extraordinária para aprovar o processo de desagregação das Freguesias.

Após a Assembleia de Freguesia a proposta terá que ser votada pela Assembleia Municipal de Loures e só depois disso seguirá para a Assembleia da República.

(N.R. Os últimos referendos locais tiveram todos uma adesão abaixo dos 50% e este teve um custo aproximado para o erário público de 8.500,00 euros)

O ChatGPT Revolucionará o Ensino Superior?

O ChatGPT é um chatbot, ou seja, uma plataforma computacional capaz de manter uma conversa em linguagem natural com um utilizador humano. Foi lançado em 30 de novembro de 2022 pela empresa americana OpenAI, sediada em Silicon Valley, na Califórnia, tendo entre os seus fundadores, o conhecido empreendedor Elon Musk.

Com esta plataforma computacional qualquer cidadão, em qualquer parte do mundo com ligação à Internet, pode interagir com este sistema suportado por modelos desenvolvidos com base em Inteligência Artificial, através da introdução de perguntas ou comandos escritos em linguagem natural numa janela de chat, obtendo do ChatGPT respostas adequadas a quase tudo o que esteja ao alcance da nossa imaginação. Em apenas cinco dias, registaram-se na plataforma cerca de um milhão de utilizadores, número que, em comparação com o Instagram, levou mais de dois meses a alcançar.

Esta realidade induz uma nova dimensão ao quotidiano de qualquer ser humano, acedendo a um sistema que tem a capacidade de explicar, argumentar e até gerar código de programação nas mais diversas linguagens, através de uma simples interação através de uma janela de chat. Ao nível do ensino, esta nova realidade com que as instituições estão a ser confrontadas induz preocupações acrescidas, estando já a ser apelidada como a era da democratização do plágio. Através de simples comandos escritos em linguagem natural, os estudantes conseguem colocar o ChatGPT a gerar textos escritos numa linguagem quase perfeita, ou seja, têm acessível em qualquer parte do mundo e a qualquer hora um redator "fantasma".

O ChatGPT está dotado da capacidade de escrever textos académicos, tendo já sido reportadas situações de escrita de artigos científicos que conseguiram passar o crivo dos processos de revisão de revistas internacionais. Por outro lado, muitos são já os testemunhos difundidos na Internet de estudantes que utilizaram a plataforma computacional em apreço para executarem trabalhos académicos pressupostamente de realização autónoma.

Esta realidade emergente está a colocar enormes desafios de adaptação às instituições de ensino superior, em consequência de a curva de aprendizagem dos estudantes na utilização destas novas tecnologias ser muito mais acelerada que a dos professores. Em geral, os estudantes descobrem estes novos desenvolvimentos tecnológicos nas redes sociais muito mais rapidamente que as gerações mais velhas. De facto, um professor menos avisado poderá estar a avaliar um excelente trabalho que pressupostamente teria sido elaborado pelo aluno, mas que efetivamente resultou apenas da sua interação com o ChatGPT com uma taxa de esforço mínima. Em consequência, estarão colocadas em causa as competências que os estudantes deveriam adquirir com a realização de um determinado trabalho académico, tornando-os extremamente "incompetentes" e dependentes da tecnologia.

Todavia, a consciência sobre as potencialidades desta ferramenta emergente poderá trazer enorme valor acrescentado aos processos de ensino/aprendizagem e, consequentemente, às atividades de investigação, desenvolvimento e inovação, acelerando a aquisição de competência e a geração de novo conhecimento. Como exemplo, imagine-se um estudante que precisa de criar um processo automático de análise de uma grande quantidade de dados, mas não sabe programar.

A utilização do ChatGPT ajudá-lo-á a gerar código de forma automática para desenvolver a necessária aplicação para o tratamento de dados, dará um contributo determinante na correção de erros e ainda permitirá ao estudante adquirir rapidamente competências de programação colmatando a lacuna na sua formação. Em suma, esta ferramenta fomentará processos de autoaprendizagem nos mais diversos domínios do conhecimento, acelerando os processos de aprendizagem sem dependência de terceiros.

Por outro lado, no que se refere à redação de documentos académicos, o ChatGPT será certamente uma mais-valia na resolução de bloqueios intrínsecos aos receios da folha em branco, ajudando na escrita das palavras que muitos consideram as mais difíceis, ou seja, o primeiro parágrafo do texto. O ChatGPT começa já a ser considerado como equivalente à invenção da calculadora e sua utilização na aprendizagem da matemática, que revolucionou os processos de ensino/aprendizagem que até então lhe estavam subjacentes.

Por exemplo, na resolução de uma equação passou a ser mais importante a forma como se chega ao resultado, do que o resultado em si próprio.

Nesta conformidade, num futuro relativamente próximo, a avaliação de trabalhos académicos não pode resultar da avaliação da sua forma final, mas tem que incidir essencialmente no contributo dos alunos para melhorar e complementar um texto originalmente produzido pela Inteligência Artificial.

Embora o ChatGPT e outras ferramentas similares sejam um desafio para as instituições de ensino superior, também oferecem oportunidades com elevado valor acrescentado aos alunos, professores e investigadores.

Esta nova dimensão da penetração da tecnologia no quotidiano das instituições de ensino superior, já deu início a processos de alteração das salas de aula em resposta às potencialidades do ChatGPT, tendo vindo a ser reportados alguns casos em instituições do Estados Unidos da América, provocando mudanças nos processos de ensino/aprendizagem e na forma de aferir a correspondente aquisição de competências.

Algumas situações reportadas relativamente à lecionação de Unidades Curriculares específicas têm implicado a realização de mais exames orais, mais trabalhos em grupo e avaliações manuscritas em detrimento de trabalhos académicos digitais. No entanto, existe uma corrente não negligenciável que defende a não proibição da utilização deste tipo de ferramentas com o argumento de, ao nível do ensino superior, não ser plausível induzir constrangimentos à liberdade académica.João Calado

(Professor Coordenador Principal do ISEL)
(ex-Vereador do PSD)

Loures - Município

Presidente da Câmara de Loures visita obras de construção do novo VGP Park Loures

O presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, efetuou, no dia 3 de fevereiro, uma visita às obras de construção do futuro polo logístico VGP Park Loures, localizado no Planalto da Caldeira, em Santo António dos Cavaleiros.
Trata-se do primeiro projeto 100% dedicado à logística de última milha (etapa final de entrega de uma carga, entre o centro de distribuição e o seu destino final, o cliente) depois da entrada do Grupo VGP em Portugal em 2019. Com uma área total de quase 20 mil metros quadrados de área bruta locável, o novo VGP Park Loures, estará concluído no terceiro trimestre de 2023, estando já totalmente arrendado à DPD e à DHL, que irão ali instalar as respetivas sedes sociais, serviços administrativos e operações de logística.
De investimento totalmente privado, superior a 50 milhões de euros, o novo VGP Park Loures permitirá a criação de cerca de 400 postos de trabalho.
Com uma localização privilegiada, a 13 quilómetros do centro da cidade de Lisboa e a 7 quilómetros do aeroporto, irá permitir aos futuros inquilinos chegar a uma população de mais de três milhões de habitantes em menos de 45 minutos.
A visita ao polo logístico contou ainda com as presenças do vereador com o pelouro do urbanismo, Nuno Dias, do presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, Jorge Silva, bem como de José Ferreira, country manager da VGP para Portugal.

Apresentação pública da primeira edição dos Jogos da União,

Realiza-se na próxima segunda-feira, dia 6 de fevereiro, às 19 horas, na Biblioteca José Saramago, em Loures a apresentação pública da primeira edição dos Jogos da União.

Na mesma iniciativa terá lugar a assinatura dos memorandos de entendimento entre o Município de Loures e o Instituto Português do Desporto e Juventude, para os programas Club Top e Plano Nacional de Ética no Desporto.

Os Jogos da União, um projeto PRR, são promovidos pelo Município de Loures, em articulação com as associações desportivas, agrupamentos de escolas e juntas de freguesia, e caraterizam-se como uma iniciativa desportiva de cariz popular.

Nesta primeira edição, os jogos vão realizar-se nas modalidades de andebol, basquetebol, voleibol e atletismo, modalidades cujo desenvolvimento no concelho o Município de Loures assume como prioritário. Destinam-se aos escalões etários entre os 8 e os 14 anos e vão decorrer de março e maio.lidade.

Acessos vários ao Centro Comunitário e Piscinas de Sto António dos Cavaleiros em andamento

O presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, visitou, as obras de execução dos acessos viários a nascente do Centro Comunitário e das Piscinas Municipais, em Santo António dos Cavaleiros. Estas obras visam a reabilitação da envolvente e representam um investimento municipal superior a um milhão e meio de euros.
A empreitada, que se prevê estar concluída no próximo mês de abril, contempla a regularização do estacionamento existente junto ao Centro Comunitário, a ligação da Avenida Salgado Zenha à Avenida António Galvão de Andrade, bem como a demolição do antigo edifício da Associação de Moradores de Santo António dos Cavaleiros e construção do parque de estacionamento, junto ao rinque, que já está terminado.

"Isto vem ao encontro daquilo que é o objetivo da Câmara Municipal, que é dar qualidade de vida às pessoas", referiu Ricardo Leão. "Neste caso vai criar mais lugares estacionamento, que é uma preocupação para esta zona de Santo António dos Cavaleiros, e dar resposta, a este nível, a um conjunto de serviços que aqui temos, como as piscinas, equipamentos educativos ou o centro comunitário".

"Paralelamente, conseguimos revitalizar todo este espaço que estava degradado, que, desta forma, se torna um espaço moderno, aprazível, com espaços verdes, suprindo as carências que a freguesia tem", reforçou.

Também Jorge Silva, presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, acompanhou a visita, frisando que o aumento do estacionamento trará "maior comodidade às famílias, servindo também toda uma área rica em comércio local".

"Quem também vai beneficiar com esta intervenção são as diversas instituições ali à volta que terão melhores acessos, tanto pedonais como rodoviários", referiu Jorge Silva.
"Mais do que inaugurar uma obra, queremos uma obra funcional, que sirva os interesses da população".

Loures - Município II

A primeira sessão pública sobre o processo de construção Linha Violeta do Metro, foi promovida, no dia 1 de fevereiro, no Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte.

"Esta discussão é fundamental porque o traçado está sujeito a eventuais correções, permitindo também aos decisores políticos atuarem em conformidade com a vontade de todos conjugada com o serviço de mobilidade suave no concelho", evidenciou o vereador da Câmara Municipal de Loures, Nuno Dias.
Na sessão, marcou igualmente presença o presidente da Junta de Freguesia de Loures, António Pombinho.

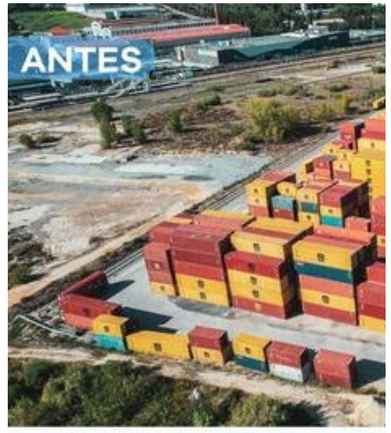
O percurso, com treze quilómetros de extensão, prevê a expansão da rede com oito estações em Odivelas e onze no território de Loures, distribuídas pelo Hospital Beatriz Ângelo, Planalto da Caldeira, Torres da Bela Vista, Flamenga, Santo António dos Cavaleiros, Urbanização do Almirante, Quinta do Conventinho, Loures, Várzea, Infantado e Quinta de São Roque.

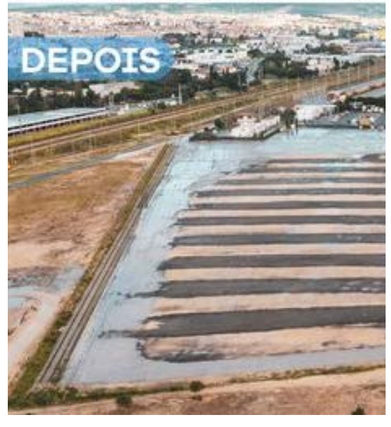
O reordenamento urbano será imperativo, planeando-se, igualmente, a execução de parques dissuasores com mais de mil lugares de estacionamento.

O projeto, predominantemente à superfície, mas incluindo troços em viaduto e em túnel, estará em funcionamento no segundo semestre de 2026 tendo início no primeiro trimestre de 2024.
Nesta fase, decorre a consulta pública do estudo de impacte ambiental. Saiba mais aqui: https://bit.ly/3wPxmYc

A frente ribeirinha de Loures está quase livre de contentores.

Está concluída a primeira fase da transferência dos contentores e já se nota o seu desaparecimento no resto do espaço. Nos próximos dias, terão início as obras de modelação dos terrenos que vão acolher os peregrinos da Jornada Mundial da Juventude. O projeto de execução foi aprovado no dia 1 de fevereiro, na reunião da Câmara Municipal de Loures.





DESPORTO

O Centro Municipal de Formação de Futsal vai retomar as atividades para a época 2022/2023 já a partir do próximo dia 17 de setembro. As inscrições já se encontram a decorrer.

A Câmara Municipal de Loures, em parceria com o Sporting Clube de Portugal, promove o Centro Municipal de Formação de Futsal, permitindo a formação desportiva, gratuita, de jovens nascidos entre 2008 e 2018.

Mais de uma centena de jovens têm acesso a este projeto municipal, que se insere nos objetivos de democratização do acesso ao desporto preconizados pela Câmara Municipal de Loures.
As atividades decorrerão nos pavilhões municipais do concelho, aos sábados, entre as 9 e as 13 horas.

As inscrições já se encontram a decorrer e podem ser feitas através da ficha de inscrição.

18 FEVEREIRO
Memorial do Convento: pelas estradas de sua Alteza Real

Participe, no dia 18 de fevereiro, na caminhada Memorial do Convento: pelas estradas de sua Alteza Real, um percurso pedestre, em meio rural, que alia a narrativa de José Saramago ao património paisagístico, histórico e cultural.

Após o triunfo do Liberalismo e o ímpeto da Regeneração, o século XIX assistiu à organização da rede viária nacional em estradas reais, distritais e municipais. Algumas aproveitaram o traçado das antigas vias romanas e, com a implantação da República, as estradas reais passaram a ser designadas de "estradas nacionais".

A partir de Lousa, atravessando a Estrada Real n.º 61, que é hoje a Nacional 8, esta caminhada segue no sentido inverso ao das 18 estátuas de santos que se destinavam ao convento de Mafra, passando por Fanhões e Pinteus, até terras de Santo Antão.

Neste trajeto, entre Lousa e Santo Antão do Tojal, iremos encontrar paisagens de beleza rara e reviver os caminhos do século XVII e todo o esforço de homens comuns na construção do ambicioso propósito do Rei D. João V, a edificação do Palácio e Convento de Mafra.

Promovida pela Câmara Municipal de Loures, com uma distância aproximada de 15 quilómetros, a caminhada tem hora de encontro marcada para as 8h15, junto à Praça Monumental, em Santo Antão do Tojal – com transporte em autocarro até Montemuro (Lousa), local de início da caminhada) –, estando a chegada prevista para as 14h15.

Para participar, basta inscrever-se, até ao dia 15 de fevereiro, através do endereço de correio eletrónico dd@cm-loures.pt ou do telefone 211 151 157.

A participação é gratuita, mas com inscrições limitadas.

Odivelas e o seu desenvolvimento económico

A Câmara Municipal de Odivelas publicou no seu site, em dezembro passado, um estudo sobre a atividade económica no Concelho, que foi desenvolvido com o apoio e a assistência de uma reputada empresa de consultoria.

Este estudo surge mais de uma década após a Câmara ter elaborado a caraterização das empresas sediadas no Município, o que foi feito no longínquo ano de 2010 e de ter deixado de publicar o Boletim Empresarial, o último é de maio de 2016, o que demonstra bem a pouca importância que o Executivo Socialista tem dado, nos últimos anos, ao desenvolvimento da economia do nosso Concelho.

Reconhecemos que o estudo está bem elaborado, mas essencialmente numa perspetiva de sistematizar a informação relevante já existente na própria Câmara ou noutras instituições públicas, mas não apresenta uma visão proativa e prospetiva para a captação e desenvolvimento de empresas no nosso Concelho.

Estes estudos elaborados por empresas conceituadas não são nada baratos e há que saber a razão de terem sido pedidos externamente, quando se trata essencialmente de sistematizar informação já existente na própria Câmara Municipal ou em organismos oficiais.

O pedido a empresa de consultoria externa para elaborar este estudo parece enquadrar-se no habitual estilo da gestão socialista aos vários níveis, seja da administração central ou local, onde reiteradamente se recorre a consultores e sociedades de advogados para a elaboração de todo o género de trabalhos e pareceres que, em muitos casos, poderiam ser feitos internamente pelos Técnicos Superiores existentes, seja nos Ministérios ou nas Câmaras Municipais.

Pelos vistos a Câmara Municipal de Odivelas não foge à regra socialista de recorrer a empresas externas de consultoria não aproveitando os seus Técnicos Superiores, faltando é saber a razão para essa situação, mas isso fica para a imaginação dos leitores.

O poder de compra das pessoas é um elemento essencial para a atividade económica de qualquer Região e no Concelho de Odivelas este indicador é desastroso, estando em 2019, 11% abaixo da média nacional o que se está a agravar paulatinamente, porque em 2009 só estava 6% abaixo da média nacional, portanto, em 10 anos diminuiu 5 pontos percentuais.

Há ainda um dado a destacar que diz respeito ao rendimento coletável per capita no Concelho de Odivelas que é de 78% do rendimento médio da Área Metropolitana de Lisboa (AML), ou seja, menos 22%, o que é deveras preocupante.

O Concelho de Odivelas, infelizmente, está a afirmar-se como o parente pobre da AML, disso parece não haver dúvidas.

Um outro dado importante a analisar é a disparidade salarial entre homens e mulheres. Em 2019 o salário médio dos homens no Concelho de Odivelas era de 1.020,00€, ao passo que o salário médio das mulheres era de 944,00€. Infelizmente, ainda há este tipo de injustificadas e inaceitáveis disparidades salariais, entre homens e mulheres.

Sobre a degradação do poder de compra da população de Odivelas e sobre as disparidades salariais existentes o estudo agora apresentado é completamente omisso, não estando enunciadas medidas para minorar esta situação.

O estudo de que temos vindo a falar replica o que a Câmara Municipal de Odivelas já tem planeado há muito tempo e que continua sem concretização, que é a criação de dois polos empresariais que permitam a instalação de novas empresas de maior dimensão.

A propósito desta intenção de criação de dois novos polos empresariais, é importante recordar a falhada promessa eleitoral do Partido Socialista, nas autárquicas de 2009, que era o projeto "O´Tec", a ser concluído até 2013, mas que nunca se concretizou, apesar de ser uma boa ideia para captar a instalação de empresas de base tecnológica.

Perdeu-se há cerca de 14 anos uma boa a oportunidade de criar um cluster empresarial em Odivelas que a todos beneficiaria e daria uma identidade muito positiva e diferenciadora ao nosso Concelho.

Com toda a certeza que se este cluster empresarial tivesse sido concretizado, hoje já estaríamos a beneficiar do efeito potenciador da instalação em cadeia de outras empresas, com emprego de qualidade e melhores salários.

Mas como a natureza tem horror ao vazio o Concelho de Oeiras aproveitou e está a captar tudo o que são empresas tecnológicas, inovadoras e criativas.

Este tipo de empresas tecnológicas, inovadoras, criativas e ligadas à tecnologia já não podem vir de forma massiva para Odivelas porque Oeiras conquistou esse espaço.

Ainda assim, Odivelas pode explorar a excelente localização geográfica e os acessos rápidos que tem, para tentar captar residualmente este tipo de empresas tecnológicas que se possam e queiram instalar no Concelho de Odivelas.

Não se vê é capacidade da Câmara Municipal de Odivelas para este importante desígnio municipal que é a captação de empresas de valor acrescentado para o nosso território, até porque a Agência para o Desenvolvimento Económico de Odivelas tarda a estar em funcionamento, ainda não se sabendo que meios é que lhe serão dados para a concretização dos objetivos pretendidos.

O Executivo Municipal em Odivelas é muito rápido a anunciar ações e medidas, mas depois a concretização das mesmas ou ficam no papel, ou andam a passo de caracol.

A Câmara de Odivelas nestas matérias mais estratégicas e de alcance a médio e longo prazos, apesar dos estudos contratados, tem uma completa inoperância. Fala muito, mas os estudos sobre os reais problemas das pessoas, das empresas e das instituições do Concelho são muito académicos e pouco adaptados à realidade social existente.

- Fernando Pedroso
Deputado Municipal do CHEGA na AMO

REGIÕES ADMINISTRATIVAS … NÃO VAI ACONTECER.

Fui, sou e serei sempre um apologista das Regiões Administrativas. Tenho vindo a contribuir, de diversas formas, e por diversos meios seja na saudosa Odivelas TV, em 2011, onde tive o privilégio de participar https://www.youtube.com/watch?v=f8fGeAnvJ_M, e https://www.youtube.com/watch?v=Ab8eTWT_jg8 num debate sobre o tema, quer mais recentemente no LouresTv, https://www.youtube.com/watch?-v=jsJYG4vMKsE noutro debate sobre a mesma matéria, (https://noticiaslx.pt/2022/04/16/regioes-administrativas-vs-regionalizacao/) pelo que sinto nada mais ter a acrescentar em abono da mesma, para além de dezenas de artigos de opinião, e até uma obra, tese de licenciatura, que publiquei na Madeira sob o título "***O Municipalismo em Portugal, Brasil e Cabo Verde***". Isto reflecte bem o meu contributo cidadão, numa matéria crucial para Portugal.

Sendo um observador atento à dinâmica político-partidária, escorada em mais de 3 décadas de militância, iniciada, formalmente, em 1985, na secção dos portuários, Lisboa, tenho uma perspectiva muito fina, com filtros de várias matizes, que me levam à conclusão em título.

Se, como diz o poeta espanhol *António Machado – "o caminho faz-se caminhando"*, (*se hace camino al andar*), para as Regiões Administrativas já não há caminho nenhum, senão um jogo de sombras a fazer de conta que se caminha para algum lado, um pouco a lembrar a "*Alice*" no "*País das Maravilhas*", quando pergunta ao gato Cheschire que caminho haveria de tomar, indagando ele qual o destino pretendido por ela, ao que Alice respondeu não saber para onde ir, sentenciando o gato "*então qualquer caminho serve para ti*".

E foi nisto que o tema Regiões Administrativas redundou, um "país das maravilhas" que não sabe para onde quer ir, então qualquer caminho serve.

Será assim? Vamos ver … .

Em 1976, a constituição da República Portuguesa estruturava o poder local em 3 entidades territoriais: Regiões Administrativas, Municípios e Freguesias. O simbolismo deste ternário é enorme, e realce-se, nos mistérios exotéricos, simboliza a idade da aprendizagem, o que encaixa com a necessidade de se iniciar do zero o poder Local democrático à época.

Nem todos os partidos simpatizavam com esta matriz do Poder Local, uns porque temiam enfraquecer o Poder Central, numa altura critica para o País, acabado de se emancipar, dos grilhões da ditadura, outros porque temiam puderem virem a ser as Regiões Administrativas, mais um patamar de poder ao alcance de partidos que não lograssem alcançar o poder central.

O primeiro revés para as Regiões Administrativas foi a solução de compromisso, conhecida por ter "*um pé dentro e outro fora*", e passou por ficar plasmada na constituição, mas não ser de aplicação imediata, priorizando-se, antes, as freguesias e os municípios. Um erro como se vê 47 anos depois. O centralismo continua.

Em 1997, o líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, que se entretinha a inventar noticias para Paulo Portas publicar no "Independente", (ficando célebre a sobremesa "*vichissoise*" que ninguém comeu, num dado jantar, mas com honras de primeira página, para gáudio do professor-inventor da peta) lá teve a graça e engenho de convencer o actual secretário geral da ONU, António Guterres, então secretário geral do PS, a "empatar" as Regiões Administrativas, pontapeando-a para um referendo, sabendo Marcelo, que a melhor forma de obstaculizar algo é sujeitá-la a referendo.

Lembro-me bem, nessa época, Guterres declarar, no comício do PS da rentrée de então, realizado na Pontinha, em Faro, enquanto decorria o do Pontal, também em Faro, do PSD, que era o único primeiro ministro do mundo que queria perder poder, na medida em que a criação das Regiões Administrativas se fariam á custa de poderes a transferir da administração central para as Regiões. Eu estava lá, e ingenuamente acreditei que as regiões administrativas seriam uma realidade … . Enganei-me.

Como se esperava, o referendo chumbou as Regiões Administrativas, corolário de um monumental processo comunicacional de desinformação e medos, moldando o povo, cuja cruz, no boletim de voto, teve o significado de cruz de uma morte flagelada, curiosamente, o apóstolo André ao ser crucificado pediu para o ser numa cruz deitada (X), por não se sentir digno de morrer numa cruz igual á de Jesus. Temos, pois, simbolicamente as Regiões Administrativas flagelada pela cruz do "***não***".

Mas o douto inventor da "*vichissoise*", para ter a certeza que o assunto ficaria devidamente agrilhoado, nas masmorras constitucionais, lá conseguiu que na revisão constitucional, se condiciona-se a Região Administrativa, a um referendo, em condições tais, que praticamente será improvável alguma vez vir a ter ganho de causa.

Marcelo, filho de um governante da ditadura fascista, talvez influenciado pelas virtudes do centralismo, levou a água ao seu moinho.

De então para cá, nada de novo, o CDS é contra como foi contra a constituição de 1976 … está tudo dito. O PCP é o único declaradamente a favor. Os demais vão inscrevendo nos seus programas eleitorais, tímidas pretensões a avançar com o tema, outros vão dizendo não ser a altura adequada, de resto em 47 anos nunca foi, para eles, a altura adequada, outros ainda são "*nins*", e propalam a ideia de que é preciso fazer uma avaliação da descentralização, que tem vindo a ser feita (e já aqui expliquei que isso é uma falácia), outros ainda vão com os da feira e regressam com os do mercado. É tudo a fingir, porque no fundo não há vontade politica nenhuma de avançar com as Regiões Administrativas.

Marcelo, agora Presidente da República, em Dezembro de 2021 apontou 2024 como o ano em que se fará uma consulta popular sobre as Regiões Administrativas … tempo perdido. Até pode vir a acontecer o referendo, mas também é certo que a desinformação, o boato e a mentira sairão vencedores desse referendo, e a abstenção será bem superior ao "sim" e até ao "não".

Portugal fica, mais uma vez, adiado.

Oliveira Dias
Politólogo

A CULTURA

Espetáculo do Grupo de Dança Kimbum (Guiné-Bissau)

«Fantasias D'El Rey» no Mosteiro de Odivelas

4 de fevereiro | 18h

O auditório do Mosteiro de Odivelas recebe no sábado, 4 de fevereiro, às 18h, o espetáculo do grupo de dança Kimbum (Guiné-Bissau).

Integrado nas «Fantasias D'El Rey», uma iniciativa regular da Câmara Municipal realizada naquele monumento nacional, este evento de dança tradicional africana tem entrada livre, sujeita à lotação do espaço.

Exposição Com Outro Olhar

"Com outro olhar" é o nome da exposição de fotografia que inaugura no dia 28 de janeiro, às 17 horas, na Galeria Municipal do Castelo de Pirescouxe, em Santa Iria de Azóia.

Uma exposição de Rúben Gonçalves e Rafael Branco que resulta do trabalho colaborativo dos dois artistas e reúne um conjunto de 30 obras representativas da paixão, de ambos, pela arte da fixação do tempo e do momento, através da fotografia.
O trabalho de Rúben e Rafael, que explora processos técnicos e criativos alternativos, como a utilização dos altos contrastes, da luz e da contraluz, das diferentes perspetivas, texturas e profundidade de campo, traduz-se assim numa outra forma de captação da realidade que, não sendo a visionada pela maioria de nós, não é, por isso, menos verdadeira.

Patente na Galeria Municipal do Castelo de Pirescouxe até ao dia 25 de março de 2023, a exposição poderá ser visitada de terça-feira a sábado, das 10 às 13 horas e das 14 às 18 horas. Encerra aos domingos, segundas-feiras e feriados.

Visite o Museu Municipal de Loures

Horários: terça a domingo, das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00. Encerra às segundas e feriados.

11 FEVEREIRO Fanhões: onde as pedras falam connosco

Participe, no dia 11 de fevereiro, na caminhada Fanhões: onde as pedras falam connosco. Um percurso em meio rural, com início marcado para as 10 horas, que dará a conhecer os encantos naturais da freguesia de Fanhões.

Em terra de calceteiros, as pedras contam-nos histórias de um Portugal antigo e moderno, histórias de vida e de trabalho, de uma empreitada gigantesca a caminho de Mafra, de resistência à colina íngreme e ao invasor francês, do rebuliço da república e do esforço na guerra de 1914-18.

A partida está marcada para as 10 horas, junto ao cemitério de Fanhões (entrada principal), estando a chegada prevista para as 13h00.

Para participar gratuitamente, basta inscrever-se, até ao dia 9 de fevereiro, através do endereço de correio eletrónico se_ceramica@cm-loures.pt, ou pelos telefones 211 151 085/6.

11 FEVEREIRO Estrela da Tarde

Não perca, no dia 11 de fevereiro, a animação infantil Estrela da Tarde, que terá lugar na Biblioteca Municipal Ary dos Santos, em Sacavém.

"Foi a noite mais bela de todas as noites que me aconteceram", assim será a animação das Tardes em Cheio, produzida e realizada pela equipa de animação da Rede de Bibliotecas Municipais de Loures.

A participação é gratuita, mas sujeita a inscrição prévia obrigatória, através do endereço de correio eletrónico bmasprogramacao@cm-loures.pt ou do telefone 211 150 665.

Até quando, Odivelas Futebol Clube?

O anúncio do fim do Odivelas Futebol Clube (OdivelasFC) é uma história que já conta com muitos episódios e que se tem vindo a arrastar no tempo sem que, passados mais de 15 anos desde a declaração de insolvência, se conheça uma decisão judicial definitiva.

O OdivelasFC é um símbolo da identidade local e desde 1939 contribuiu para a formação pessoal e desportiva de milhares de jovens do nosso concelho. Mas, um conjunto de dívidas acumuladas de quase 400.000 Euros, onde se inclui uma dívida à Câmara de 1.421 Euros (!), levou a que, num processo atabalhoado, viesse a ser decretada a insolvência em 14 de Março de 2006, a qual terá transitado em julgado em 8 de Junho de 2007.

Desde essa altura, foram muitos os que tentaram resolver essas dívidas, pagando ou abdicando do seu bolso em nome do clube e assim terminar com o processo de insolvência.

Para além destes beneméritos, foram ainda transferidos diversos créditos detidos pelo OdivelasFC para a massa insolvente, que incluem rendas recebidas pelo aluguer de antenas ali localizadas, que permitiriam resolver a totalidade das dívidas, fosse essa a vontade do Administrador de Insolvência.

Mas a atuação deste administrador e do Município de Odivelas impediram que essa recuperação fosse feita, consumando-se a pretensão municipal de recuperar os "terrenos da discórdia" – o Estádio Arnaldo Dias e o Complexo Desportivo do Porto Pinheiro, cujo direito de superfície era detido pelo OdivelasFC.

Essa pretensão concluiu-se com o exercício (ilegal) de reversão dos terrenos cedidos ao Odivelas FC pelo Município de Odivelas, decisão que foi concretizada através de Deliberação Municipal de 21/06/2011 e que contou com os votos favoráveis do PS, do PSD e da CDU.

A "sentença de morte" decretada pela votação dos vereadores destes partidos políticos (PS, PSD e CDU) contou com a conivência do Administrador de Insolvência, que concretizou a entrega destes terrenos ao Município de Odivelas, assim como todo o espólio e respetivas posições contratuais anteriormente detidas pelo OdivelasFC, em 16 de Fevereiro de 2012.

Isto, apesar das evidências demonstrarem que este administrador estava em condições de sanar as dívidas e decretar o fim dessa insolvência, retomando-se a normalidade do clube e das suas atividades. Mas não foi essa a decisão!

Mais do que estar aqui a confrontar as questões jurídicas, a título pessoal custa-me ver que, embora tenham sido cometidos erros por alguns dos dirigentes do OdivelasFC, politicamente se tenha decidido seguir por um caminho que quis condenar este clube à extinção.

Deliberadamente, quiseram e querem acabar com este símbolo de Odivelas, que tantos momentos de alegria proporcionou aos seus habitantes, primeiro no Campo Diogo José Gomes e depois no Complexo do Porto Pinheiro, no Estádio Arnaldo Dias.

Custa-me ainda mais, quando se vê um conjunto de infraestruturas de excelência entregue ao Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, sem qualquer ligação a Odivelas, sem qualquer espécie de identidade local e sem que promova qualquer atividade em prol da comunidade, passados mais de 5 anos desde a sua posse.

Uma entidade que, com todo o respeito que me merece, tem como finalidade essencial defender e promover o jogador profissional de futebol e que tem como ponto alto da sua atividade o estágio para os jogadores desempregados, que ocorre normalmente entre Julho e Agosto de cada ano, momento em que precisa de uns campos de futebol de modo a proporcionar a esses atletas a capacidade física para que, mais facilmente, consigam um colocação desportiva. Como se, para isto, fosse preciso entregar todo um complexo a esta instituição!

Mas foi esta a escolha do Executivo Municipal: tentar acabar com um clube local com décadas de história para entregar um conjunto de infraestruturas de excelência a um sindicato em vez de as colocar ao serviço da população de Odivelas, que tanta carência de espaços desportivos tem, principalmente para os mais jovens.

Pior!... esta atribuição, que vem desde 2017, permitiu a este sindicato um encaixe financeiro muito superior a 1 milhão de euros, resultante do aluguer deste espaço a terceiros, verba que poderia perfeitamente estar a servir para a qualificação desta infraestrutura que, praticamente, se mantém inalterada desde essa data... É obra!

Mas contra todas as expectativas, este clube teima em resistir e no final de 2020 o OdivelasFC interpôs uma ação judicial contra o Município de Odivelas e contra o Administrador de Insolvência, na qual, no essencial, é requerida a ilegalidade da reversão dos terrenos do OdivelasFC para o Município e a respetiva devolução, reclamando ainda um valor avultado a título de indemnização, devido ao impedimento em fruir destas infraestruturas.

Considerando a já longa história judicial sobre este tema, a morosidade da justiça em Portugal e a ausência de informação nas prestações de contas municipais que evidencie os riscos resultantes de uma decisão desfavorável ao Município, a bancada da Iniciativa Liberal na Assembleia Municipal em Odivelas apresentou uma proposta para que fosse pedido um parecer jurídico externo sobre este litígio, com o objetivo de clarificar todo este imbróglio e para que se pudesse obter algum sentido de decisão quanto a esta matéria.

No debate desta proposta, tivemos oportunidade de ouvir o Presidente Hugo Martins referir que "houve desenvolvimentos recentes, retirando à mandatária que se fazia representativa do OdivelasFC essa qualidade", circunstância que, ao que me é dado a conhecer, não corresponde à verdade. Esse é antes mais um argumento do Município de Odivelas para, mais uma vez, firmar a sua posição contra o OdivelasFC, procurando todos os expedientes formais para que a sua intenção se concretize, mas que até à data ainda não mereceu qualquer decisão judicial.

Após esse debate foi então feita a votação e este pedido de parecer jurídico externo foi inviabilizado com os votos contra do PS e do PSD, posição que de forma intencional impede a clarificação desta situação e obsta, para já, a uma possível solução mais célere e benéfica para todas as partes. Resta saber...

Até quando, Odivelas Futebol Clube?

David Pinheiro

Iniciativa Liberal de Odivelas

Câmara Municipal de Lisboa cria Departamento de Transparência e Prevenção da Corrupção

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou a criação do novo Departamento de Transparência e Prevenção da Corrupção. Assinala-se assim a integração oficial da transparência e prevenção da corrupção na estrutura municipal, reforçando uma das prioridades políticas do atual Executivo incluídas nas Grandes Opções do Plano para a Cidade de Lisboa 2022/2026.

O novo Departamento terá sob a sua dependência duas unidades orgânicas, a Divisão de Prevenção e Controlo e a Divisão de Transparência Administrativa e Prestação de Contas, e será responsável por garantir o cumprimento na Câmara Municipal de Lisboa das obrigações impostas pelo Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC).

Depois de ter sido pela primeira vez sido criado na Câmara Municipal de Lisboa o Pelouro da Transparência e Prevenção da Corrupção, passa a existir agora um Departamento com um papel essencial: fiscalizar de forma isenta a atividade municipal e garantir uma separação clara entre as funções de administração executiva e de fiscalização.

"A transparência e a prevenção da corrupção são uma prioridade para este executivo municipal. Podem contar comigo para estar na linha da frente desta luta, que é, sem dúvida, uma das mais importantes que temos no nosso país", afirma o presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

"Para nós, este não é um tema de circunstância. É um tema estrutural e imprescindível, que exige um esforço constante, permanente e continuado, que vai agora ser corporizado no novo Departamento de Transparência e Prevenção da Corrupção", acrescenta Carlos Moedas.

Este é mais um passo no trabalho de reforço da Transparência na Câmara Municipal de Lisboa, que se junta a várias medidas importantes como o lançamento do Canal de Denúncias, a criação do Código de Ética e Conduta e a divulgação do Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas.

O Canal de Denúncias é uma ferramenta de comunicação para reportar irregularidades, que está aberto para denúncias internas e externas.

O Código de Ética e Conduta do Município de Lisboa estabelece os princípios, valores e regras de atuação de todos os eleitos, dirigentes e trabalhadores em matéria de ética profissional, criando padrões de atuação e de relacionamento pessoal e profissional de todos os trabalhadores que exercem funções no Município, incluindo os colaboradores e os Eleitos Locais.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas permite aprofundar a cultura de transparência, responsabilidade e controlo dos riscos de corrupção da Câmara Municipal de Lisboa através do reconhecimento das boas práticas adotadas e da proposta de implementação de novas medidas preventivas, que visam fortalecer e promover a prática dos valores e princípios que norteiam a Administração Pública. O Relatório de monitorização anual permite identificar novos riscos e propor novas medidas mitigadoras, de forma a garantir um plano que reflete a realidade atual do Município.

"A Câmara Municipal de Lisboa tinha dado o exemplo ao ser o primeiro Município do país a criar um pelouro da Transparência e Prevenção da Corrupção. Voltamos agora a dar um passo histórico ao incluir este tema na orgânica municipal. Continuamos a reforçar a nossa política de transparência e a implementar medidas para restabelecer a confiança dos lisboetas na nossa organização", afirma Joana Almeida, Vereadora do Urbanismo e da Transparência e Combate à Corrupção.

Lisboa, 1 de fevereiro de 2023

Carris Metropolitana, para quê?

A Área Metropolitana de Lisboa (AML), entidade intermunicipal agrega os 18 concelhos da região de Lisboa, sendo que entre outras competências é ainda a autoridade metropolitana de transportes, destacando-se assim o dossier dos grandes investimentos em matérias de transportes, sendo que para o efeito criou a empresa Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), para melhor tutelar as redes de transportes públicos. Em 2022 deu-se o surgimento da Carris Metropolitana, como serviço único de transporte público rodoviário em todos os concelhos da região, com excepção de Lisboa, Cascais e Barreiro onde operam empresas municipais. A ideia-base e todo o investimento feito visaram fazer operar sobre a mesma "bandeira" os transportes públicos rodoviários, uniformizando a tipologia de serviço, a imagem e o desempenho. Apesar de os clientes verem uma designação (Carris Metropolitana) o facto é que a cada uma das 4 áreas criadas corresponde um operador privado a quem foi concessionada a prestação do serviço de transporte de passageiros

Área 1: Amadora, Oeiras e Sintra, concessionada à "Viação Alvorada" (Scotturb, Vimeca e Lisboa Transportes).

Área 2: Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira, concessionada à Rodoviária de Lisboa

Área 3: Almada, Seixal e Sesimbra, concessionada à Transportes Sul do Tejo.

Área 4: Alcochete, Moita, Montijo, Palmela e Setúbal, concessionada à espanhola Alsa Todi.

Esta nova forma de operar iniciou em 1 de Junho de 2022, na Área 4. Um mês depois iniciou a operação na Área 3. As Áreas 1 e 2 (margem norte do Tejo), só iniciaram a sua operação em 1 de Janeiro deste ano.

Pretendeu-se por esta via, o aumento do serviço em mais 35%, bem como a renovação da frota, sendo que do total de 1600 veículos, cerca de 1000 terão menos de um ano. A Área 2 contará com mais de 520 autocarros, o maior número de autocarros de todas as áreas. Tudo isto, num investimento ainda não consolidado de pelo menos 1,2 mil milhões de euros.

Como se disse, no passado dia 1 de Janeiro de 2023, sete meses após o inicialmente planeado, teve inicio a operação na Área 2, a que inclui o concelho de Odivelas e à qual correspondem as linhas de autocarros cuja numeração se inicia em "2000".

Além da divisão da Área Metropolitana de Lisboa em 4 áreas de operação, as linhas de autocarros passaram a estar divididas por 6 designações base: Próxima, Longa, Rápida, Inter-regional, Mar e Turística.

Porque mudaram os números das Linhas de Autocarros?

Os novos números passaram a integrar quer a Área, quer o âmbito geográfico dos percursos. Assim:

O primeiro algarismo representa a Área respetiva, de 1 a 4;
O segundo algarismo representa o trajeto da linha:
0 a 4: linhas que circulam apenas dentro de um único Concelho;
5: linhas que circulam entre Concelhos da mesma Área;
6: linhas que circulam para fora da Área, ou para o Barreiro e Cascais;
7 e 8: linhas que circulam para Lisboa – aqui percebemos que para a Carris Metropolitana, a Pontinha é em Lisboa;
9: linhas que circulam para fora da Área Metropolitana de Lisboa.
O terceiro e o quarto algarismo representam o número da linha.
Do ponto de vista dos ditos "Passes", foi salvaguardada a continuidade do sistema já em uso, o "Navegante".

Só no concelho de Odivelas, após a conversão das carreiras antigas nas novas linhas, terão sido criadas mais 6 linhas, a saber:

2204 Caneças – Famões
2210 Jardim da Amoreira – Odivelas
2511 Bairro dos CTT – Loures (C. Comercial)
2512 Bucelas – Sr. Roubado (Metro), via Ramada
2610 Odivelas (Metro) – UBBO
2611 UBBO – Ramada
Quem não esteja atento até poderia aceitar tal informação como verdadeira, todavia o que se verificou foi que algumas destas "novas linhas", mais não são do partes de percurso de anteriores (2204, 2210, 2511), outras de utilidade duvidosa, como a linha vinda de Bucelas via Ramada e centro de Odivelas até ao Senhor Roubado. A quem servirá? Aos bucelenses? Aos odivelenses? Aos ramadenses? O facto é que nem duas linhas podemos gabar (2610 e 2611), não fossem estas vítimas de horários de circulação que nem se percebe a quem servirão. Tal como as restantes que transformam as deslocações para determinadas zonas naquilo que eram as deslocações nos anos de 1970 e 1980 para a então chamada Província.

Linhas com horários de hora-a-hora, ou até em períodos ainda mais espaçados, mesmo em períodos de ponta.
Linhas cujo serviço termina pelas 21:00 fazendo-nos recordar o quão dormitório é este território.
Linhas aparentes que só cumprem partes de percursos de outras.
Linhas que substituíram carreiras acrescendo-lhes percursos, aumentando os tempos de espera agravados pelas incidências de trajectos maiores.
Linhas em que os horários são meras referências mal atalhadas.
NÃO OBRIGADO!

Pelo que ficamos com mais uma mão cheia de poucochinho, algo a que alguns já se acostumaram. Pode, pois, afirmar-se que da Carris Metropolitana, os odivelenses ganharam autocarros amarelos e uma enorme descoordenação dos horários face às suas efectivas necessidades de mobilidade.

Paulo Bernardo e Sousa | Politólogo

ZERO e Centro PINUS lançam novo barómetro de investimento florestal

Sinal [+] Rearborização com pinheiro-bravo

Sinal [-] Gestão de combustível, nova floresta com espécies distintas de eucaliptos, pinheiro-bravo e sobreiro e execução de investimento em floresta com apoios públicos

Ainda que seja de lamentar a ausência de informação pública que permita a monitorização das metas definidas em vários documentos de política pública na área da floresta, o Centro PINUS e a ZERO decidiram dar a conhecer um novo índice estatístico que permite acompanhar, de forma simples, o cumprimento de um conjunto de objetivos da política florestal.

Este novo barómetro de investimento florestal integra quatro indicadores que, quanto ao desempenho, são classificados com um valor entre 0 e 1 e inclui:

- a execução financeira do principal programa de apoio ao investimento em floresta – o Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR2020) – obteve uma pontuação de 0.48 (+ 0.07 face a 2021);

- a gestão de combustível[1] – obteve uma pontuação de 0.35 (+ 0.07 face a 2020);

- a recuperação pós incêndio da resinosa autóctone que registou a maior perda de área nos últimos anos - o pinheiro-bravo – obteve uma pontuação de 0.17 (+ 0.13 face a 2020); e

- a área de nova floresta composta por espécies distintas das que têm maior expressão territorial (eucaliptos, sobreiro e pinheiro-bravo) – obteve uma pontuação de 0.33 (+ 0.03 face a 2020).

Nesta primeira análise, o valor do barómetro de investimento é de 0.33, fruto de uma evolução que, no último ano, acabou por ser ligeiramente positiva em todos os indicadores, mas demonstrativa de que ainda existe um longo caminho a percorrer até que o investimento na floresta seja suficiente para alcançar as metas políticas definidas.

Apesar da expressão territorial da floresta no nosso país, apenas 6% da verba total do PDR2020 (Plano de Desenvolvimento Rural) em 2022 foi destinada às medidas mais importantes para o investimento florestal. E a execução financeira destas medidas também foi inferior à global do referido programa (48% face a 78%).

A rearborização de pinheiro-bravo registou 9 364 hectares (ha) em 2021 e ultrapassou a área considerada necessária para repor a área perdida, que em 2020 tinha sido apenas de 1 709 ha. No entanto, mais urgente do que rearborizar, é gerir a regeneração natural que se segue aos incêndios. Apesar destas intervenções decorrerem geralmente com o apoio de financiamento público, os programas financiadores, com destaque para o PDR2020, não dispõem de informação de execução por espécie, um contrassenso quando existem metas políticas por espécie.

O barómetro revela que em 2021 foram arborizados 1 964 ha com espécies com menor representatividade territorial (que não eucaliptos, sobreiro e pinheiro-bravo), o que representou 33% da meta definida no Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica em 2050. O pinheiro-manso representou 48% desse valor. Esperava-se uma maior aposta na arborização com outras espécies autóctones que não o pinheiro-bravo, o sobreiro e mesmo o pinheiro-manso, mas tal parece não estar a acontecer.

Estas associações reconhecem uma evolução positiva na cultura de prestação de contas pelos organismos públicos, nomeadamente da AGIF, que no último relatório anual reconhecia a execução de 88 058 ha de gestão de combustíveis em 2021, valor muito aquém da meta de 250 000 ha/ano até 2030. Estas ações de gestão da vegetação foram incluídas no barómetro porque contribuem indiretamente para incentivar e salvaguardar o investimento florestal pela diminuição do risco de incêndio.

A ZERO e o Centro PINUS exigem uma melhor monitorização das políticas públicas, tendo como um pré-requisito indispensável para as avaliar e, se necessário, ajustar, a existência dados fiáveis. No Webinar "Investimento colaborativo em territórios rurais" que decorreu no passado dia 26 de janeiro, as entidades parceiras do projeto ForestWatch comprometeram-se a continuar a publicar anualmente o barómetro agora lançado, na expectativa de contribuírem não apenas para o conhecimento do estado da floresta nacional, mas também para a melhoria da informação disponibilizada e da execução das políticas florestais.

Este barómetro foi produzido no âmbito do Projeto ForestWatch, promovido pela ZERO em parceria com o Centro PINUS que tem como objetivo monitorizar políticas florestais públicas.

> O projeto ForestWatch conta com o apoio do Programa Cidadãos Ativ@s, financiado pela Islândia, Liechtenstein e Noruega, sendo gerido em Portugal pela Fundação Calouste Gulbenkian, em consórcio com a Fundação Bissaya Barreto. As informações e pontos de vista apresentados neste comunicado são os dos autores e não refletem necessariamente a opinião oficial dos financiadores.

Contactos:

Centro PINUS: Susana Carneiro - 939 302 312

ZERO: Nuno Forner - 911 507 704; Paulo Lucas - 933 060 123

Fonte: ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentáve

dental care
a cuidar do seu sorriso
Horário: de 2ª a 6ª e Sábado das 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 19:00
Av. dos Bons Amigos nº12 1º Drt° - Cacém
geral@mdentalcare.pt - www.mdentalcare.pt
MARQUE JÁ A SUA CONSULTA
Tel.: 219 143 643
964 716 291
Acordos Diretos: ADSE - PSP - PT - Media (CTT) - ADM
IMPLANTOLOGIA
ORTODONTIA
ENDODONTIA
ODONTOPEDIATRIA
ESTÉTICA DENTÁRIA
PRÓTESES DENTÁRIAS
Fixas e Removíveis
FACILIDADES DE PAGAMENTO
desde 30€ mês

ÍNDICE DE PERCEÇÃO DA CORRUPÇÃO 2022

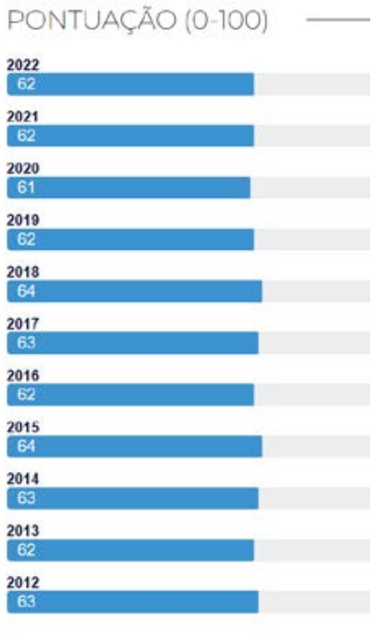
Portugal é um dos 26 países da Europa Ocidental e União Europeia abrangidos pela edição de 2022 do relatório da Transparency International, que revela que o combate à corrupção no nosso país é frágil e não regista avanços

O Índice de Perceção da Corrupção (CPI) foi criado pela Transparency International em 1995 e é, desde então, uma referência na análise do fenómeno da corrupção, a partir da perceção de especialistas e executivos de negócios sobre os níveis de corrupção no setor público.

É um índice composto, ou seja, resulta da combinação de fontes de análise de corrupção desenvolvidas por outras organizações independentes, e classifica de 0 (percecionado como muito corrupto) a 100 (muito transparente) 180 países e territórios.

Em 2012, a Transparency International reviu a metodologia usada para construir o índice, de forma a permitir a comparação das pontuações de um ano para o seguinte.

RESULTADOS DE PORTUGAL



O Índice de Perceção da Corrupção de 2022 – relatório publicado anualmente pela Transparency International – aponta falhas no combate à corrupção em Portugal. No relatório deste ano, a Transparency International assinala que a Estratégia Nacional Anticorrupção (ENAC), que foi lançada sem diretrizes ou plano de monitorização, resultando em fraca aplicação e implementação lenta de medidas dirigidas à prevenção da corrupção no setor público.

No Índice de Perceção da Corrupção 2022, Portugal é avaliado no conjunto dos países da Europa Ocidental e União Europeia, não tendo registado evoluções significativas na última década, e desde 2012 que apresenta variações anuais mínimas. Com 62 pontos, volta a igualar a posição registada no ano passado – e também em 2019 – continuando abaixo do valor médio da sua região (66 pontos).

A Transparency International Portugal já havia alertado para as deficiências da Estratégia Nacional Anticorrupção, nomeadamente por ignorar praticamente por inteiro a questão da corrupção política. Algo que foi salientado aquando da publicação do Índice de Perceção da Corrupção 2021 e nas recomendações do Grupo de Estados Contra a Corrupção (GRECO). O relatório da Transparency International refere ainda como problemático Portugal manter ativo o programa Vistos Gold, por aumentar os riscos de corrupção e ter vindo a colocar pressão no mercado imobiliário.

A análise da Transparency International sobre os resultados do índice global 2022 foca-se no impacto da corrupção na Paz e Segurança, revelando que, desde 2008, a paz global se deteriorou por força da corrupção. Sobre Portugal, o relatório revela que o setor da defesa precisa de maior transparência e supervisão, fazendo notar que processos de contratação envoltos em secretismo e práticas de transparência financeira deficientes enfraquecem as salvaguardas contra a corrupção nas instituições de defesa do nosso país.

Já em 2021, a Transparência Internacional Portugal, reportando os dados do Government Defence Integrity Index, pedia a intervenção urgente da Assembleia da República, particularmente a Comissão de Defesa Nacional, na fiscalização do setor da defesa, atendendo ao facto de nos encontrarmos no grupo de países com risco elevado de corrupção neste setor.

"Os resultados nacionais do Índice de Perceção da Corrupção 2022 refletem, em linha com os de anos anteriores, um combate anticorrupção débil e estagnado, com percecionados níveis de risco agravados de corrupção e, igualmente, falta de transparência e controlo no setor da defesa e segurança nacional." - NUNO CUNHA ROLO - Presidente da Transparência Internacional Portugal

"O exemplo Vistos Gold é paradigmático das falhas identificadas porque coloca a nu não apenas a crónica falta de diligência devida, de controlo e de avaliação, mas sobretudo a enorme resistência em instituir a prevenção da corrupção, da fraude e do branqueamento de capitais enquanto política pública." - KARINA CARVALHO, Diretora Executiva da Transparência Internacional Portugal

RESULTADOS GLOBAIS

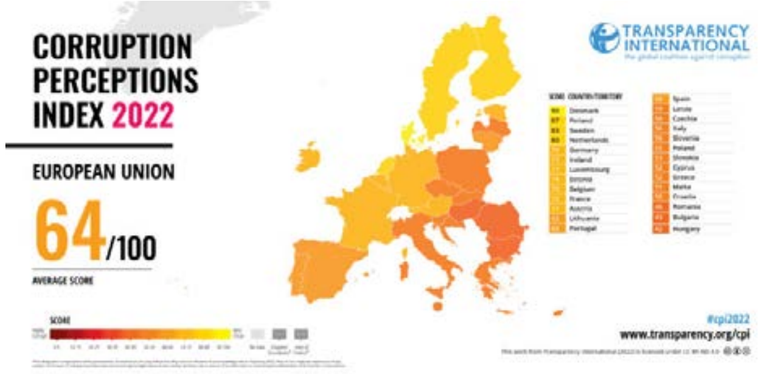
O Índice de Perceção da Corrupção 2022 demonstra que, apesar dos esforços concertados e de muitos ganhos duramente conquistados, não podemos considerar o progresso contra a corrupção garantido.

A escala do problema é enorme: a média global permanece inalterada – com uma pontuação de 43 em 100, pelo 11º ano consecutivo – e mais de dois terços dos países (122, no total) têm um sério problema de corrupção, com uma pontuação abaixo de 50.

A região com pontuação média mais baixa é a África Subsariana (32), seguida da Europa Oriental e Ásia Central (35). A região com a pontuação média mais alta é a Europa Ocidental e a União Europeia (66), mas mesmo aqui o progresso é insipiente.

A Dinamarca volta a encabeçar o índice deste ano, com 90 pontos, mais dois do que no ano passado, seguida da Nova Zelândia e Finlândia, com a mesma pontuação (87). Síria, Sudão do Sul (13) e Somália (12) continuam nos últimos lugares. Destes três países, apenas o Sudão do Sul melhorou a sua pontuação (tinha 11).

Os dados revelam que os esforços anticorrupção nesta zona do mundo estagnaram em mais da metade dos países, e por mais de uma década.



RESULTADOS DA CPLP

No seu conjunto, os países integrando a CPLP apresentam uma pontuação média muito baixa (38), razão pela qual a TI Portugal e outras organizações da sociedade civil dos Estados-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa exigem que a agenda da CPLP inscreva o combate à corrupção como uma prioridade.

Todos os países da CPLP têm uma pontuação inferior a 50, correspondendo a nações com sérios problemas de corrupção, excetuando Portugal e Cabo Verde. E, dos nove, apenas quatro estão posicionados acima do meio da tabela: Portugal (33), Cabo Verde (35), São Tomé e Príncipe (65) e Timor-Leste (77).

Numa posição abaixo da tabela global continuam Guiné Equatorial (171), Guiné-Bissau (164), Moçambique (142), Angola (116) e Brasil (94). Angola foi um dos países que registou avanço estatístico significativo (com 33 pontos, subiu 4 desde 2021), no entanto, mantém-se ainda muito distante do meio da tabela global, que pontua numa escala de 0 (percecionado como muito corrupto) a 100 (muito transparente).

"A corrupção tornou o nosso mundo num lugar mais perigoso.
Como os governos falharam coletivamente em fazer progressos neste âmbito,
acabaram por alimentar o atual aumento da violência e do conflito – colocando os cidadãos em perigo.
A única saída é os Estados produzirem trabalho árduo, erradicando a corrupção a todos os níveis, garantindo que os governos trabalham para todas as pessoas, e não apenas para uma pequena elite."

Delia Ferreira Rubio
Presidente da Transparency International

Fonte: Transparência Internacional - https://transparencia.pt/

NOTICIAS LX

Distribuição nos meios digitais para uma audiência de 30.000 pessoas nos concelhos de Loures e Odivelas
E.Mail Comercial: NoticiasLx-Pub@Sapo.pt